

Ano VII • Número 54

Municípios

A revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



58º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

APM - Associação Paulista de Municípios

CAMPOS DO JORDÃO / SP

Gestão participativa

Campos do Jordão, que sedia o 58º Congresso Estadual dos Municípios, prioriza a parceria com a iniciativa privada e a população para promover mudanças significativas na cidade e geração de renda

SANEAMENTO

Plano de Resíduos Sólidos requer grupo de trabalho que conheça profundamente os potenciais e os desafios do município

SEGURANÇA

O acesso aos dados coletados pelo Infocrim dos municípios pode ajudar o Estado na tarefa de controlar a criminalidade

CAPACITAÇÃO

Convênio da APM e Oficina Municipal oferece cursos de gestão pública com descontos especiais aos municípios afiliados



DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Gestão 2013/2016

PRESIDENTE

Celso Giglio

Prefeito de Osasco e Deputado Estadual
(1992 a 1995 / 2001 a 2004 / 2010 a 2014)

1º VICE PRESIDENTE

Marcos Roberto Casquel Monti

Prefeito de São Manuel
(1993 a 1996 / 2013 a 2016)

2º VICE PRESIDENTE

Jonas Donizette

Prefeito de Campinas (2013 a 2016)

3º VICE PRESIDENTE

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 /
2009 a 2012 / 2013 a 2016)

4º VICE PRESIDENTE

Belkis Gonçalves S. Fernandes

Prefeita de Ourinhos (2013 a 2016)

SECRETÁRIO GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas
(1983 a 1988 / 1997 a 2000)

1º SECRETÁRIO

Herculano Castilho Passo Junior

Prefeito de Itu
(2005 a 2008 / 2009 a 2012)

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misiara

Vereador de Barretos
(1972 a 1996)

3º SECRETÁRIO

Antonio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí
(1993 a 1996)

TESOUREIRO GERAL

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da
Boa Vista (1993 a 1996 / 1983 a 1992)

1º TESOUREIRO

João Emílio Buzzo

Prefeito de Mendonça
(1989 a 1992 / 1997 a 2000)

2º TESOUREIRO

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida
(2001 a 2008)

3º TESOUREIRA

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá
(2009 a 2012 / 2013 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

José Bernardo Ortiz Monteiro Junior

Prefeito de Taubaté (2013 a 2016)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália
(1989 a 1992 / 2013 a 2016)

Flávio Callegari

Prefeito de Atibaia (1993 a 1996)

CONSELHO FISCAL

Lauro Michels Sobrinho

Prefeito de Diadema (2013 a 2016)

Roque Joner

Prefeito de Pratânia
(1997 a 2004 / 2013 a 2016)

Silas Bortolosso

Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Marilene Mariotoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice Presidente:

Geraldo Antonio Vinholi

Prefeito de Catanduva (2013 a 2016)

Secretário: Luiz Souto Madureira

Vice-Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

CONSELHO CONSULTIVO

COORDENADOR GERAL

Itamar Borges

Prefeito de Santa Fé do Sul e Deputado Estadual
(1993 a 1996 / 2001 a 2008 / 2010 a 2014)



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.
Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br



Mais comunicação, mais ação

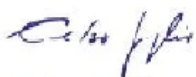
Presidir uma entidade como a Associação Paulista dos Municípios só faz sentido se buscarmos incessantemente a inovação que gera a melhoria permanente de nossa representatividade e de nossos serviços.

Estamos entregando aos leitores uma nova Revista: layout diferenciado, diagramação mais leve, matérias mais interessantes. É mais informação, com uma leitura muito mais agradável.

Os municípios passam, mais uma vez, por um momento de grandes dificuldades. Ficamos no meio de uma “bola dividida”, para usar uma expressão futebolística: os cidadãos estão certíssimos em reivindicar mais e melhores serviços. E o Governo Federal está erradíssimo na insistência em concentrar os recursos que poderiam ser melhor utilizados pelo poder local. De um lado, demandas crescentes. De outro, diminuição de recursos. Cada município que se vire, parece ser o recado.

A nossa luta é pela boa política, administração racional e um federalismo eficiente e justo. Espero que esta publicação – e as que se seguirão – representem um elo de permanente contato entre as autoridades municipais, a APM, as autoridades de outras esferas e a opinião pública em geral.

A causa que nos une é nobre. Ao tornar nossas teses aceitas e respeitadas, ganham os municípios, ganham os cidadãos, ganha o país.



Celso Giglio
Presidente da APM



*Os cidadãos estão
certíssimos em
reivindicar mais e
melhores serviços.
E o Governo Federal
está erradíssimo
na insistência em
concentrar os recursos”.*

Municípios
A revista da Associação Paulista dos Municípios
DE SÃO PAULO

MARÇO/ABRIL DE 2014

CONSELHO EDITORIAL:

Celso Giglio, Carlos Alberto Cruz Filho,
Aquevirque Antonio Nholla e Antonio
César Simão

EDITOR: Jaime Leme

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Ligia Leme Mtb: 55702

DIRETOR DE ARTE: Claudio Franchini

REVISORA: Jô Fujita

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números
atrasados: Fone/Fax: 11-21659999
email: apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo
Editorial, sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Masterede / Fone: 11-26044595

Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A Publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

A APM CONVIDA VOCÊ!



58º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

APM - Associação Paulista de Municípios

CAMPOS DO JORDÃO / SP

MUNICIPALISMO:

Os novos horizontes
DA GESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

A Associação Paulista de Municípios tem o prazer de convidar para o 58º Congresso Estadual de Municípios, o maior e mais tradicional evento municipalista do País. Assim, norteadas pelo tema OS NOVOS HORIZONTES DA GESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA, serão debatidas as mais relevantes questões que envolvem o dia a dia dos municípios, vislumbrando e discutindo iniciativas que vão contribuir para a excelência das gestões municipais.

De 18 a 22 de março de 2014

CAMPOS DO JORDÃO CONVENTION CENTER

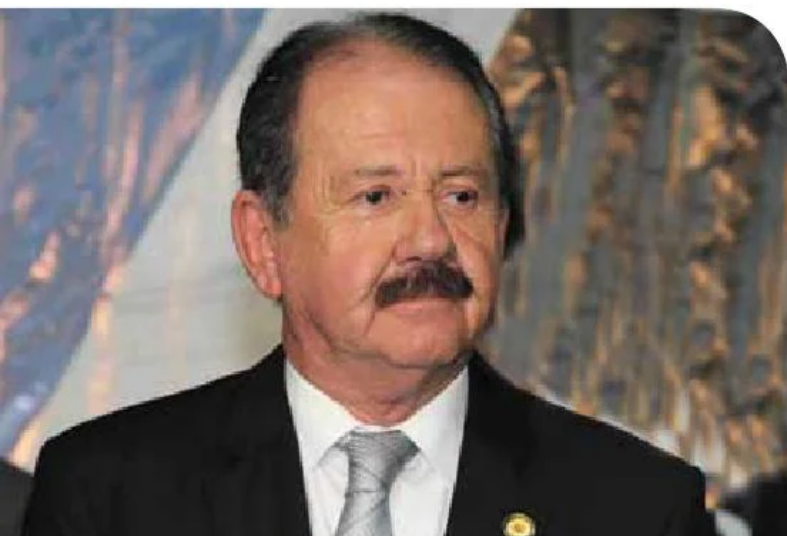
Avenida Macedo Soares, 499 - Capivari

Campos do Jordão / SP



APM

PARTICIPE!



04 Editorial

A Revista dos Municípios ganha novo projeto editorial e gráfico

08 Entrevista Dr. Celso Giglio

O presidente da APM discorre sobre os desafios dos municípios

12 TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo completa, em maio, 90 anos de atividade

14 Artigo Jurídico

Saiba mais sobre o plano de resíduos sólidos

16 Segurança

Os municípios e o direito às informações coletadas pelo Infocrim

18 IBGE

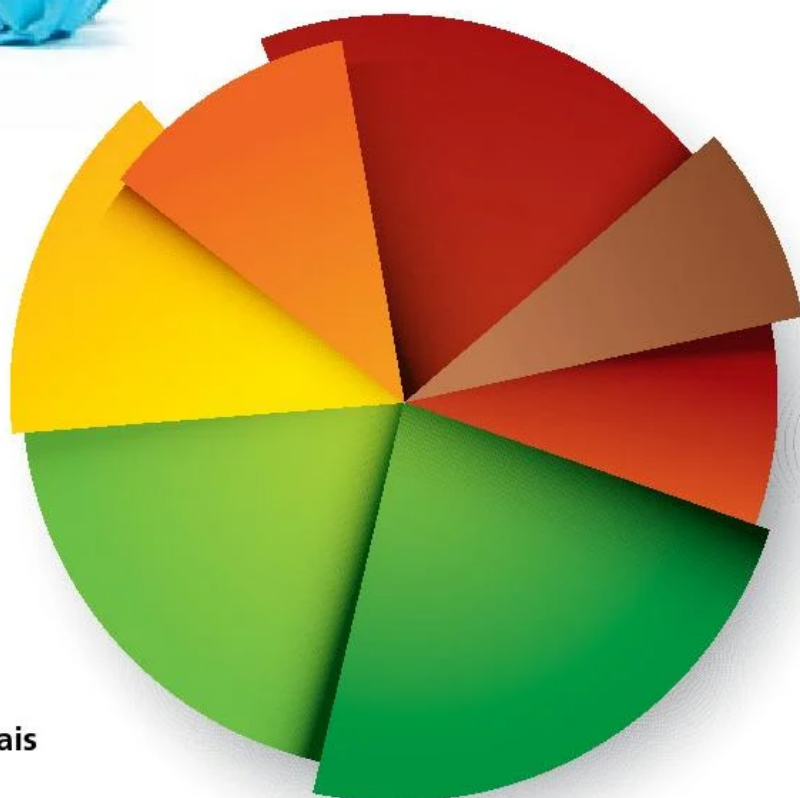
Pesquisa destaca percentual de municípios que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação

20 Iluminação Pública

A transferência dos ativos da iluminação pública ainda é impasse para as prefeituras

21 ICMS

Documento da APM levado à Brasília alerta para novos riscos contra as finanças municipais



22 IPT

Instituto de Pesquisas Tecnológicas teve papel relevante na definição da Norma de Desempenho



26 Matéria de capa

Campos do Jordão recebe o 58º Congresso de Municípios

32 Elas tomam a palavra

MUSP entrevista Juliana Cintra Vieira

34 Cursos

Oficina Municipal oferece diversos cursos de capacitação

36 Municípios aniversariantes

Conheça as cidade paulistas que fazem aniversário em março e abril

42 Saúde

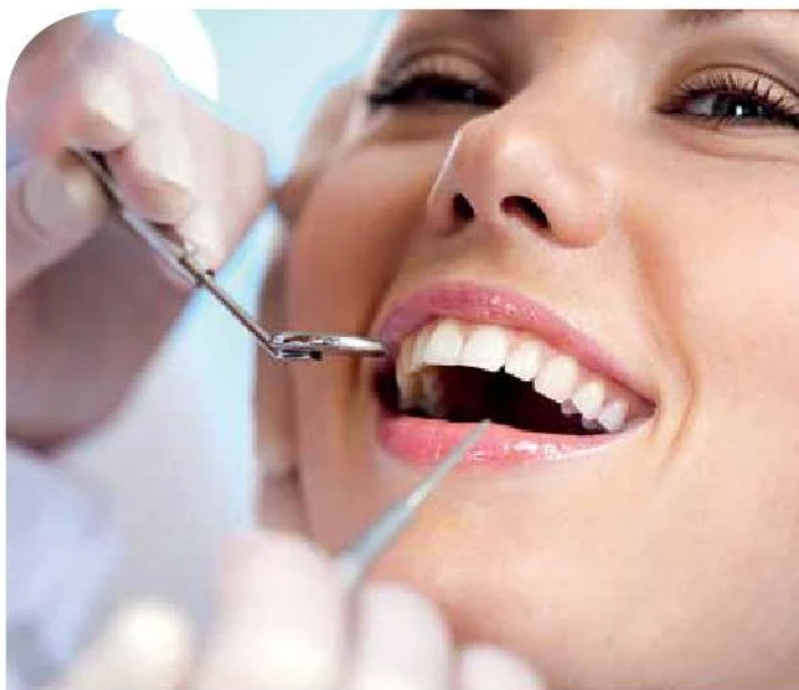
O acesso à assistência odontológica de qualidade é direito do cidadão e dever do Estado

44 Galeria de fotos

Uma seleção de imagens dos eventos onde a APM esteve presente

46 Indicadores municipais

Ferramenta online ajudará prefeitos a solucionar problemas

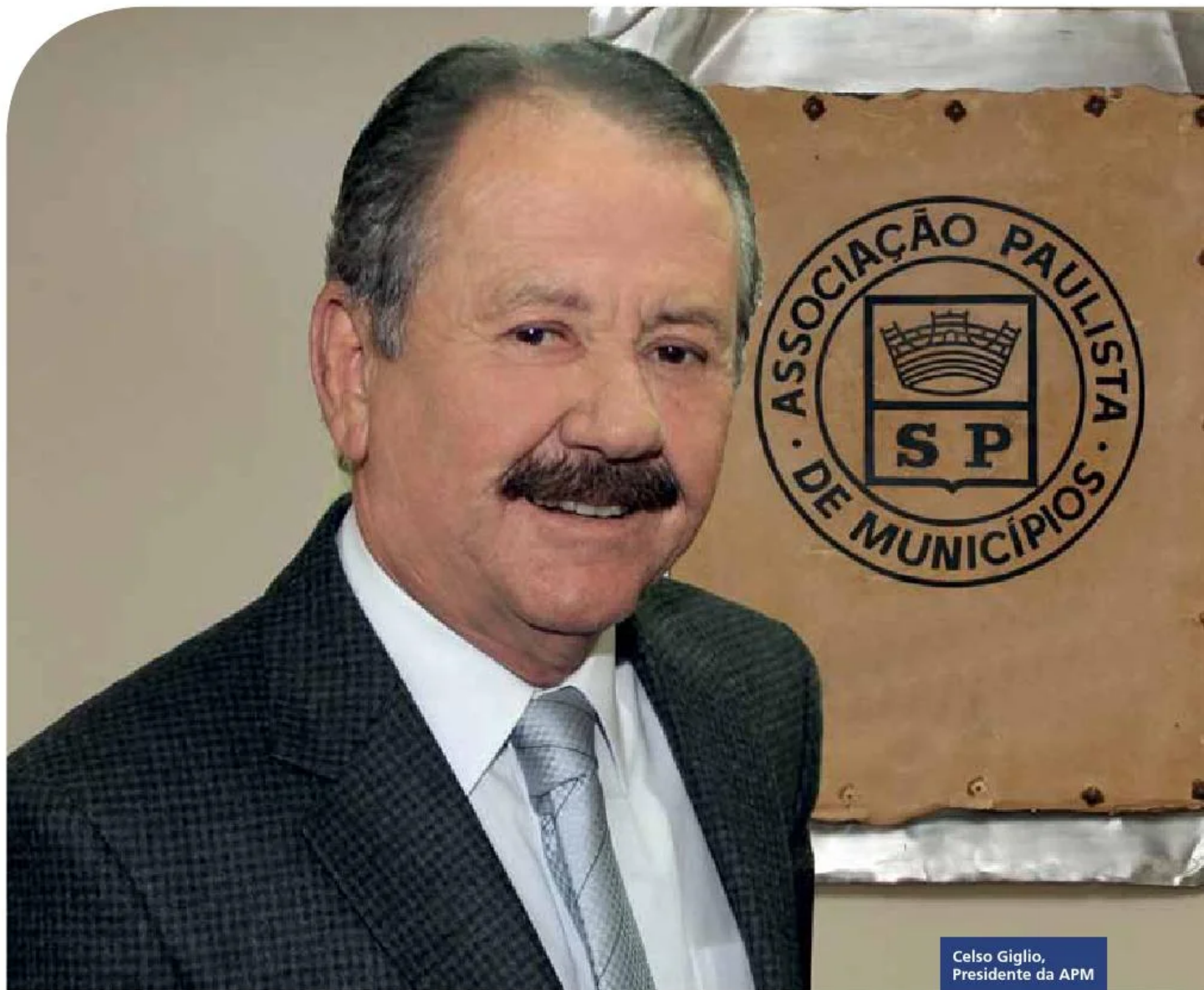


48 S.O.S municípios

Os sete pecados capitais segundo Celso Giglio

50 Casos e causos

Uma crônica sobre os cachorros sem raça definida



Celso Giglio,
Presidente da APM

Inovação e foco

*Celso Giglio, presidente da APM, aposta no binômio
representação e prestação de serviços para reverter
a concentração de recursos*

Dr. Celso Giglio, como vê a situação dos municípios no Brasil de hoje?

O Brasil tem uma espécie de “Federalismo às avessas”. Entre nós, a unidade da Federação que mais faz é também a que fica com menos recursos. Para não ir muito longe: as prefeituras brasileiras são responsáveis pela maior parte da prestação de serviços nas áreas de saúde e educação, as mais demandadas. Entretanto, os orçamentos municipais são claramente insuficientes para tarefas dessa dimensão. E os prefeitos ainda têm que investir em segurança, coleta de lixo, cuidar das ruas etc. Ou seja, com os recursos que os prefeitos têm, cuidar disso tudo é navegar num mar de impossibilidades.

O senhor poderia dar um exemplo para ilustrar esse raciocínio?

O Brasil tem uma carga tributária altíssima, algo em torno de 38% do PIB, o que é um número gigantesco para os padrões internacionais. Desses 38%, a União fica com 23%, ou seja, 60% de tudo que se arrecada. Uma concentração de recursos dessa magnitude não se justifica. Está provado e comprovado que os municípios que estão mais perto dos problemas são capazes de investir melhor. Além disso, investimentos municipais têm controle e fiscalização mais severas, pois a proximidade gera informações que, por sua vez, se transformam em comprometimento. Uma obra desnecessária ou malfeita pelo governo federal pode não ter grande visibilidade. Agora, desperdiçar recursos públicos nos municípios é flertar com um risco enorme. Um prefeito que investe mal em equipamentos que a população não julga prioritários pode ficar marcado para o resto da vida e comprometer de forma irreversível sua carreira.

Como a Associação Paulista de Municípios deve atuar num quadro como esse? A mobilização é importante?

A APM é uma entidade tradicional, forte e precisa ser mais atuante. Vejo nossa ação em duas grandes vertentes. A primeira, é a institucional, a representativa. A Associação deve realizar seus Congressos, levar às autoridades os problemas dos municípios, lutar junto aos Legislativos para melhorar o arcabouço legal e cerrar fileiras para convencer a sociedade de que recurso público bem utilizado é aquele que está perto do usuário final, do cidadão que mora nas cidades. Precisamos, também, pensar em uma mobilização de médio prazo. As Marchas à Brasília, por exemplo, são importantes, mas são como soluços, espasmos. Precisamos lutar para reverter a ab-



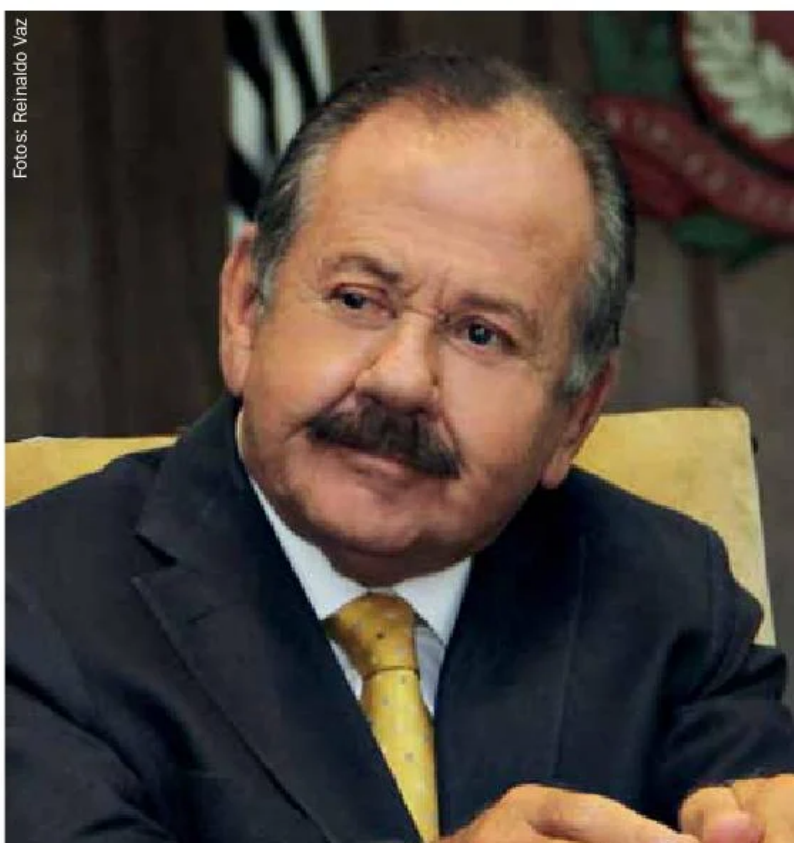
O Brasil tem uma carga tributária altíssima, algo em torno de 38% do PIB, o que é um número gigantesco para os padrões internacionais. Desses 38%, a União fica com 23%, ou seja, 60% de tudo que se arrecada. Uma concentração de recursos dessa magnitude não se justifica”.

CELSO GIGLIO,
Presidente da APM

surda concentração de recursos e ter mais colaboração entre as esferas de governo. E, para isso, devemos estar unidos e focados.

Qual a segunda vertente de atuação da APM?

A segunda área de ação é a prestação de serviços. As Prefeituras devem ter uma contrapartida à contribuição



Fotos: Reinaldo Vaz



Celso Giglio convida representantes dos municípios paulistas para o Congresso Estadual dos Municípios

que pagam à APM. Estamos avançando muito. Em primeiro lugar, mudamos nossa sede para o Ibirapuera, bem pertinho da Assembleia Legislativa. Trata-se de uma sede moderna, com auditório, estacionamento, que queremos ver transformada na “casa” dos administradores públicos municipais paulistas. Nossa porta está aberta para debate, discussões, reivindicações. A APM deve ser um ponto de acolhimento e das providências.

Algum outro projeto que o senhor quer destacar, Dr. Celso?

Sim, vários. A Revista, por exemplo, está sendo totalmente remodelada. Vai ficar mais atrativa, com um conteúdo editorial mais interessante. Com isso, circulará mais e terá mais influência.

Tomamos conhecimento de que haverá um mecanismo de busca de informações no site da APM. O senhor pode explicar melhor?

Seguindo a linha de prestação de serviços, vamos implementar uma busca eletrônica de informações em nosso site. A ideia é colocar à disposição de nosso associado um grande banco de dados municipais, para que o usuário possa acompanhar a evolução dos indicadores de seu município ou da sua região. Vou dar um exemplo: vamos supor que o prefeito de uma cidade de 50 mil habitantes queira saber se os indicadores educacionais de sua cidade estão bons. Pois bem, ele pode verificar os indicadores e comparar, por exemplo, com cidades que tenham porte semelhante, para analisar se existe alguma dispari-

dade. Ou, então, selecionar uma região e posicionar, em função dos indicadores, sua cidade naquela área. Nossa proposta é oferecer no site mais de 240 indicadores e ter um sistema de buscas simples e desburocratizado. Saúde, educação, segurança estarão entre os temas que poderão ser pesquisados.

Há algum projeto para novos cursos?

Antes de falar dos cursos gostaria de divulgar uma outra ideia que devemos implementar, também na área de prestação de serviços. É minha intenção montar, na APM, um Departamento Jurídico para atender nossos associados. Sabemos que a Legislação brasileira é vasta e, muitas vezes, confusa. Queremos criar uma pequena estrutura para ajudar os administradores públicos municipais em suas dúvidas mais comuns, emitir pareceres, oferecer uma consultoria. No que se refere aos cursos, estamos estudando uma parceria com a Oficina Municipal, com o objetivo de oferecer cursos mais acessíveis ao nosso associado. Na verdade, com essa parceria, estaremos disponibilizando um corpo de especialistas da maior qualidade que, entre outros temas, poderão ajudar os prefeitos a elaborarem projetos para conseguir mais recursos de outras esferas governamentais para suas cidades.



*É minha intenção montar,
na APM, um Departamento Jurídico
para atender nossos associados.
Sabemos que a Legislação brasileira
é vasta e, muitas vezes, confusa.
Queremos criar uma pequena
estrutura para ajudar
os administradores públicos
municipais em suas dúvidas
mais comuns, emitir pareceres,
oferecer uma consultoria.*

CELSO GIGLIO,
Presidente da APM



Fred Guidoni, prefeito de Campos do Jordão, assina termo que define Campos do Jordão como sede do Congresso



Celso Giglio com o governador Geraldo Alckmin e Fred Guidoni

O balanço das ações é positivo e muitos projetos devem vir, então?

Acho que estamos fazendo bem o que sempre fizemos e procurando inovar em outras áreas. O Congresso Paulista dos Municípios de 2013, realizado no Centro de Convenções de Santos, foi muito elogiado. O CBTIM de 2013, em Itu, que contou com o apoio e a parceria do nosso amigo Herculano Passos e do prefeito Tuíze, também foi um grande sucesso. Estamos em uma nova e agradável sede, temos uma Revista melhor e mais moderna, um sistema de buscas no site, estamos marchando para a implementação de um Departamento Jurídico e iremos oferecer, em breve, um variado “cardápio” de cursos de alta qualidade. Tudo isso sem perder de vista a luta incessante pela defesa das causas municipalistas. Este é o binômio da nova era que vamos inaugurar à frente da Associação Paulista dos Municípios: ação institucional mais prestação de serviços. Com muito entusiasmo, união e trabalho. 🐝

90 anos de TCESP

Sob a Presidência do Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) completará, em maio deste ano, 90 anos de atividades

Por Laércio Bispo

Instituído em 1921, por força da revisão Constituição Paulista de 1891, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que completa 90 anos de atividades este ano, realizou a sua primeira sessão plenária em 6 de maio de 1924, tendo como Presidente o Ministro Jorge Tibiriçá Piratininga. Com a revolução de 1930, o Estado sofreu intervenção federal e as cortes de contas de todo País foram extintas. Anos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1946, e da Constituição Estadual de 1947, o TCE paulista voltou a exercer suas competências.

Presidente pela quarta vez, e honrado por conduzir o TCE em ano comemorativo, o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues relata que, ao longo da história, a instituição tem sido parceira dos gestores públicos, e que sem embargo de promover a fiscalização e julgamento das contas, tem, sobretudo, orientado agentes públicos e políticos, em especial no que respeita à adequada aplicação de recursos.

De acordo com o Presidente, em quase um século de existência, a instituição conviveu com várias Constituições sobrevivendo, também, a períodos de autoritarismo, porque são perenes – tanto sua essência, como a sua vocação. “O Tribunal de Contas é o principal instrumento de controle de que dispõe a sociedade. Seu exercício é per-



A Vice Presidente, Cristiana de Castro Moraes; Presidente do TCE, Edgard Camargo Rodrigues; e o Corregedor, Dimas Eduardo Ramalho.

manente, constante e independe de provocação. Não pode haver ordem sem controle, que emana da lei, e da noção correta de responsabilidade”, enfatizou.

Edgard Camargo Rodrigues discorreu sobre significativos avanços conquistados com o trabalho da Corte de Contas paulista ao longo dos anos, mormente quanto a investimentos pelo Estado e Municípios nas áreas da Educação e Saúde, bem como no que se refere ao efetivo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Além das sessões plenárias, o TCESP ainda realiza encontros, congressos e eventos de capacitação de gestores e servidores públicos



Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Fotos: Marco Antonio Pinto/divulgação



Nem sempre o cidadão comum tem a exata compreensão da relevância dos Tribunais de Contas para o seu cotidiano. Nosso compromisso é trabalhar, com seriedade, descrição e competência, e fiscalizar, com todo o rigor e empenho, a aplicação dos recursos e o cumprimento da legislação, bem como orientar para as boas práticas da administração pública”


EDGAR CAMARGO RODRIGUES,
Presidente do Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Nos dias atuais, segundo o Presidente, o TCE enfrenta novos desafios - tão importantes quantos os anteriores. Além de providências ligadas aos setores da Saúde e da Educação, o Tribunal tem exigido de seus jurisdicionados rigorosa observância de normas relacionadas à transparência nos atos públicos, acesso à informação, mobilidade urbana, saneamento e tratamento de resíduos sólidos, Lei da Ficha Limpa, dentre tantos outros temas de relevância.

O Presidente cita, como exemplo de atuação pedagógi-

ca da Corte de Contas, a realização, somente no ano de 2013, de 40 encontros nos municípios do interior paulista, com dirigentes municipais e agentes políticos, e destaca que ‘além de promover contato com os municípios jurisdicionados e gestores públicos, nosso objetivo é propagar informações e tirar dúvidas em nome das boas práticas e resultados da gestão’.

Sobre específicas ações do Tribunal, deu destaque ao permanente processo de aperfeiçoamento das equipes de fiscalização, distribuídas na região metropolitana e em 20 (vinte) Unidades Regionais instaladas no interior paulista. Em 2014, lembra que o TCESP realizou a 18ª edição do Ciclo de Aperfeiçoamento do Pessoal de Fiscalização, objetivando reciclagem de conhecimentos e incentivo de troca de experiências entre servidores da capital e interior.

“Nem sempre o cidadão comum tem a exata compreensão da relevância dos Tribunais de Contas para o seu cotidiano. Nosso compromisso é trabalhar, com seriedade, descrição e competência, e fiscalizar, com todo o rigor e empenho, a aplicação dos recursos e o cumprimento da legislação, bem como orientar para as boas práticas da administração pública”, finalizou o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. 

Apertem os cintos: a Lei pegou!

*Com Lei de Resíduos Sólidos,
a elaboração dos planos municipais
de saneamento é desafio
para prefeitos*



Desde a entrada em vigor da Constituição, os Municípios já tinham o dever de proteger o meio ambiente e o de promover a melhoria das condições de saneamento básico, no qual se inclui o serviço de limpeza urbana. Contudo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada por meio da Lei nº 12.305/2010, impôs a adoção de algumas providências por parte dos Municípios, até mesmo como garantia de cumprimento dos deveres previstos na Constituição Federal.

Em linhas gerais, as inovações mais discutidas são as seguintes:

- A obrigatoriedade de fechamento dos lixões a céu aberto até agosto de 2014, mediante a substituição desses por aterros sanitários ou aterros controlados;
- A necessidade de planejamento das ações relaciona-

das à prestação dos serviços de limpeza urbana mediante a elaboração, pelos Municípios, de Plano de Resíduos Sólidos.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados pelo Jornal O Estado de São Paulo em março de 2013, ainda estavam em funcionamento 2.906 lixões distribuídos em 2.810 municípios do País, mais da metade do total.

A imprensa vem noticiando o fechamento de alguns importantes lixões, mas a Confederação Nacional dos Municípios anunciou que pouco mais de 9% das cidades brasileiras concluíram a primeira fase do processo de eliminação dos lixões existentes no País. De fato, ainda há muito a ser feito.

A Lei também impôs a obrigatoriedade de planejamento das ações relacionadas à prestação de serviços de

limpeza urbana mediante a elaboração, pelos Municípios, de Plano de Resíduos Sólidos. O Plano deve, a partir do diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos gerados no Município, apresentar os programas, objetivos e instrumentos relacionados às ações que o Poder Público pretende implementar no setor.

O primeiro passo para a elaboração do Plano de Resíduos Sólidos é definir um grupo de trabalho para estudar e conhecer os potenciais e os desafios da realidade do Município e da região, para chegar à elaboração de metas de curto, médio e longo prazos.

Tendo em vista a complexidade do conteúdo do Plano, a Associação Paulista de Municípios e o Ministério Público Estadual realizaram Ciclos de Reuniões em várias cidades do interior, objetivando oferecer esclarecimentos aos gestores municipais. Por sua vez, o Ministério do Meio Ambiente ofereceu mil vagas para o curso de ensino a distância com objetivo de treinar administradores para a elaboração do Plano, realizado entre os dias 6 de março e 9 de abril, com previsão de nova turma para o segundo semestre de 2014.

Em razão da especificidade do tema, dificilmente o Município terá em seus quadros pessoal qualificado para a elaboração do Plano. Por essa razão, é aconselhável que instaure procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada. Vale acrescentar que a Lei 12.305/2010 concebeu o Plano de Resíduos Sólidos como condição para que os Municípios tenham acesso a recursos da União destinados a investimentos no setor de limpeza urbana.

O prazo assinalado pela Lei para a elaboração do Plano expirou-se em 02 de agosto de 2012 sem que a maior parte dos Municípios o tivesse feito, por diversas razões.

Por meio do Serviço de Informações ao Cidadão, o Ministério do Meio Ambiente declarou que não possui a relação completa dos Municípios brasileiros que já entregaram os seus Planos.

Como consequência, caso o plano não tenha sido elaborado dentro do prazo legal, deixa de existir a possibilidade de o Município receber o aporte de recursos da União para a realização de investimentos no setor. No entanto, parece-nos que uma vez elaborado o Plano, ainda que após o prazo legal, sobrevive a possibilidade de o Município pleitear esses recursos junto à União.

Apesar de a consequência prevista na Lei ser apenas a da suspensão dos repasses (o que, dada a dependência de recursos federais pelas prefeituras, chega a ser trágico), o Ministério Público vem fiscalizando a apresentação dos Planos pelos Municípios. Alguns deles, cedendo à pressão do Ministério Público, já assinaram termos de ajustamento de conduta, comprometendo-se a tomar as providências cabíveis.



O primeiro passo para a elaboração do Plano de Resíduos Sólidos é definir um grupo de trabalho para estudar e conhecer os potenciais e os desafios da realidade do Município e da região, para chegar à elaboração de metas de curto, médio e longo prazos”.

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vem apontando em seus relatórios a eventual não elaboração do Plano pelos Municípios. Parece-nos que não há possibilidade de o Município esquivar-se da elaboração do plano de resíduos sólidos, já que a obrigação decorre da Constituição e da Lei, conforme já exposto anteriormente. Ademais, considerando-se, sobretudo, que o planejamento adequado das ações relacionadas aos serviços de limpeza urbana acarretará a melhoria da qualidade de vida da população, o Plano deve ser elaborado com a urgência que o objetivo requer. 🍌

ISABELA GIGLIO é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbabilidade Administrativa – Dolo e Culpa” e coautora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela@conam.com.br).



Os municípios e o direito à informação

Os dados coletados pelo Infocrim disponíveis para o uso das polícias também podem ser fonte de informações para o planejamento de ações ligadas a diversas outras atribuições municipais

No início dos anos 90 o departamento de polícia de Nova Iorque lançou o programa Compstat. O software permitia mostrar através de mapas, gráficos e tabelas, onde e quando ocorriam os crimes na cidade de forma exata. Com base nestas informações, a polícia se reunia semanalmente para analisar a situação de cada área e cobrar atuação dos gestores locais. Aponta-se o Compstat e esta nova forma de gestão, com reuniões de acompanhamento e cobranças periódicas, como uma das principais causas da queda vertiginosa da criminalidade na cidade nas últimas décadas.

Este modelo de mapeamento criminal e reuniões de planejamento foi exportado para grande parte dos departamentos de polícia no mundo, inclusive para São Paulo, onde em 1999 foi criado o Infocrim, na Capital, inspirado diretamente na experiência nova-iorquina.

Quando uma vítima vai até a delegacia registrar uma ocorrência ou usa a delegacia eletrônica (vários crimes podem já ser registrados diretamente pela internet), os dados – como coordenadas geográficas do local do crime, tipo de local, perfil do autor, perfil da vítima, horário, nomes dos envolvidos, bens subtraídos, resumo do histórico e vários outros – ficam disponíveis para as polícias em questão de horas. O conjunto de informações é depois usado como fonte para que a Companhia da Polícia Militar faça seu planejamento semanal e decida quando e onde alocar seu efetivo e viaturas, onde colocar câmaras de monitoramento, bases móveis e outros recursos preventivos. Os dados são também utilizados nas reuniões mensais de planejamento conjunto entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, onde se compartilham informações e estratégias conjuntas entre as duas polícias. A cada trimestre, servem também de base para reuniões de planejamento estratégico da cúpula da Secretaria de Segurança. Além disso, pesquisadores de dentro e fora das polícias utilizam a base de dados para estudos criminológicos diversos, revelando padrões e

fatores de risco associados a criminalidade.

Trata-se, como se vê, de fonte muito rica de informações que pode ser utilizada para finalidades operacionais, táticas, estratégicas, estudos, etc. Os Municípios não tardaram a perceber o potencial desta fonte de informações, tanto para o uso da Guarda, nas atribuições que lhe compete, quanto para o planejamento de ações ligadas a diversas outras atribuições municipais – iluminação, limpeza, fiscalização, projetos de prevenção educacionais e sociais – ações que estão direta ou indiretamente ligadas às questões da criminalidade e da violência nas cidades.

Acesso às informações

Em 2001 o Infocrim estava em funcionamento em todos os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o que permitiu ao Fórum Metropolitano de Segurança Pública reivindicar o acesso a estas informações, através de convênios com a Secretaria de Segurança Pública. Na ocasião, parte dos recursos foi financiada pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e o convênio estabelecia que os Municípios interessados deveriam apenas contratar os links para o acesso ao sistema, gerenciado pela Empresa de informática do Governo do Estado de São Paulo – Prodesp, comprar alguns computadores e enviar para a Secretaria de Segurança Pública (SSP) uma espécie de Plano de Segurança, especificando como pretendiam utilizar os dados e as iniciativas municipais que seriam adotadas para ajudar a prevenir a criminalidade. Em contrapartida, a SSP forneceria senhas de acesso a uma versão ligeiramente modificadas do Infocrim, com mapas, tabelas e estatísticas mas, por uma questão de privacidade dos envolvidos, sem possibilidade de acessar nomes, documentos ou outras informações individualizadas que permitissem identificar vítimas e autores de crimes.

Os custos envolvidos no convênio são muito baixos em comparação aos benefícios que o acesso a estas informa-



Dados do Infocrim são ricas fontes de informação para estudos e finalidades operacionais, táticas e estratégicas

ções podem trazer pois a maior parte do trabalho – coleta dos dados através do registro digital de ocorrências (RDO) e o desenvolvimento do sistema são bancados pelo Estado. Além do link de internet e alguns computadores, o único trabalho para os municípios é alocar alguns servidores que saibam consultar e analisar os dados, transformando-os em informações úteis e posteriormente em políticas municipais de prevenção.

Estas informações detalhadas sobre onde, quando e que tipos de crimes são mais frequentes, são de interesse não apenas da administração municipal mas também das empresas, escolas, comércio, cidadãos em geral pois a partir delas os agentes tomam suas decisões bem informados: é seguro morar nesta rua? Matrículo meu filho nesta escola? Qual o melhor bairro para abrir minha loja? Instalo equipamentos de proteção em casa? Faço seguro do carro?

Dados compartilhados

Nos países desenvolvidos o acesso a estas informações criminais desagregadas é considerado um direito do cidadão e atualmente é possível encontrar detalhes da criminalidade local usando a internet. O poder público nestes países entende que a segurança de todos melhora quando os cidadãos ajustam suas condutas em função de informações fidedignas, contribuindo para a prevenção. Infelizmente este ainda não é o entendimento da maioria dos nossos gesto-

res, que frequentemente tratam estas informações como sigilosas e evitam seu compartilhamento até mesmo com outros órgãos públicos.

Enquanto não avançamos em direção a transparência total, caberia aos prefeitos reivindicar pelo menos o acesso aos dados criminais de suas cidades, para que possam ajudar o estado na tarefa de controle da criminalidade, dentro de suas atribuições. Hoje o Infocrim está em funcionamento em praticamente todos os municípios do Estado, existe o precedente dos convênios de 2001 com os municípios da Região Metropolitana e os custos envolvidos são bastante baixos, já que coleta de informações e o sistema estão desenvolvidos – e com recursos públicos. Os dados talvez mostrem uma realidade que os governos estaduais não gostem. Mas o acesso a elas é um direito dos municípios e seus moradores. E os municípios podem colaborar com o Estado neste esforço para melhorar a segurança, que é hoje um dos maiores problemas e uma das maiores reivindicações dos paulistas. 🐼



TULIO KAHN é Coordenador de Segurança na Fundação Espaço Democrático



Comunicação e cultura

Pesquisa destaca aspectos relativos à existência de equipamentos de cultura e meios de comunicação nos municípios paulistas

A disponibilidade de equipamentos sociais reflete o quadro de desigualdades existente nos municípios. No caso de equipamentos de cultura, a carência é mais recorrente em cidades de menor porte populacional.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada anualmente pelo IBGE, aborda temas como recursos humanos das administrações municipais, legislação e instrumentos de planejamento, recursos para a gestão, comunicação e informática, transporte, cultura, assistência social, segurança pública e meio ambiente. Desse modo, permite observar o alcance do poder público em nível local, especialmente no que se refere à disponibilidade de equipamentos de cultura.

As informações disponibilizadas contribuem para que o poder público possa ter elementos para a formulação e o aprimoramento de políticas que atendam a população. A presença de equipamentos sociais públicos representa um indicador importante em relação às condições de vida dos moradores do município e o acesso a esses equipamentos é fundamental para o exercício da cidadania.

Dentre as características da gestão e estrutura dos municípios brasileiros, a pesquisa destaca aspectos relativos à existência de equipamentos de cultura e meios de comunicação.

Em relação à existência de equipamentos de cultura observa-se que há ampla cobertura em alguns itens. Em praticamente a totalidade dos municípios brasileiros há presença de bibliotecas públicas. No Estado de São Paulo apenas 13 dos 645 municípios não possuíam biblioteca pública em 2012. Desses, a maioria correspondia a localidades com menos de cinco mil habitantes. Ou seja, o porte do município em termos populacionais é um indicador da maior presença desses equipamentos.

Em relação aos museus percebe-se que há maior presença de municípios com existência desse equipamento cultural em relação ao resto do País. Enquanto que no Estado 32,9% dos municípios possuíam esse equipamento, no Brasil a ocorrência era de apenas 25%.

No que se refere à existência de Unidades de Ensino Superior a situação é oposta. No Brasil em 38,3% das cidades havia Instituições Superiores de Ensino enquanto no Estado a ocorrência era de 38%. Nesse caso é importante destacar que sempre foi muito reduzida a presença de Instituições Federais de ensino no Estado de São Paulo. Somente em anos recentes é que ocorreu o movimento de expansão em direção aos municípios paulistas.

Observa-se que no Estado de São Paulo cerca de 12% dos municípios possuíam shopping centers. Esses espaços são importantes, pois abrigam cinemas, teatros e li-

Percentual de Municípios que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação - 2012

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	BRASIL	SÃO PAULO
BIBLIOTECA PÚBLICA	97,0	97,9
ESTÁDIO OU GINÁSIO POLIESPORTIVO	89,4	95,8
CLUBE OU ASSOCIAÇÃO	65,6	71,3
UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR	38,3	38,0
RADIO FM	38,3	41,2
CENTRO CULTURAL	33,9	49,6
MUSEU	25,0	32,9
TEATRO	22,4	39,8
RADIO AM	21,7	27,4
GERADORA DE TV	11,6	11,7
CINEMA	10,7	24,5
SHOPPING CENTER	6,3	12,1

IBGE: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012

varias e em algumas localidades correspondem à única alternativa de lazer para a população. Nesse caso, a maior ocorrência dessa modalidade de equipamento social se verifica nas maiores cidades e também nas localidades com forte presença de atividades turísticas.

O gráfico ilustra bem essa situação. No Estado de São Paulo a grande maioria das cidades com esse equipamento estava situada na faixa populacional com mais de 200 mil habitantes, ao passo que um número muito reduzido de municípios com até 50 mil habitantes possuía shopping center. Apenas duas cidades no Estado, com população até 10 mil habitantes, possuía esse equipamento.

Ou seja, a instalação de um centro comercial dessa dimensão depende do grau de desenvolvimento da economia local e da capacidade de consumo da população. Mesmo nos demais equipamentos de cultura apontados pela pesquisa como unidades de ensino superior; centro cultural, museu ou teatro, a disponibilidade está relacionada com o tamanho do município, já que é necessária a existência de uma escala mínima para que ocorra tal oferta.

Desse modo, uma das alternativas seria a ação integrada, especialmente no caso de menores municípios. No Estado de São Paulo a pesquisa apontou que 31,62% dos municípios estabeleceram parceria com outras cidades no sentido de assumir ou pactuar projetos ou ações na área de cultura no ano de 2012. 🍷

Municípios que possuem shopping center por faixa de população (habitantes)



POR JEFFERSON MARIANO, Doutor em Desenvolvimento Econômico e Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística; **GIOVANNA ALIMARI**, Estagiária de Comunicação Social.



A questão da iluminação pública


A transferência dos ativos da iluminação pública das concessionárias de energia segue como um impasse para as prefeituras

A Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da Resolução nº 414 de 2010, estabeleceu condições gerais de fornecimento de energia elétrica causando preocupação para a maioria dos municípios brasileiros. No artigo 218 da referida resolução, a Aneel transfere para os municípios os ativos de iluminação pública, passando a responsabilidade de custos dos ativos – braço de luz, a lâmpada, o reator e a célula fotoelétrica – para as prefeituras municipais.

Em abril de 2012, com a Resolução nº 479, o artigo 218 ganhou nova redação da agência reguladora do setor da energia elétrica, que estabeleceu que os municípios ficarão obrigados a assumir todo ativo de iluminação pública pertencente às concessionárias de energia, de maneira que os custos com gestão, manutenção de todo sistema de distribuição, atendimento,

operação e reposição de lâmpadas, suportes, chaves, troca de luminárias, reatores, relés, cabos condutores, braços e materiais de fixação e conexões elétricas ficarão a cargo do dirigente municipal.

Tal Resolução Normativa prorrogou seus efeitos para 31 de janeiro de 2014 e, ainda, determinou em seu artigo 13 que a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública são de responsabilidade do município ou de quem tenha deste a delegação para prestar tais serviços. Na ocasião, a Aneel sustentou que a transferência do ativo de iluminação pública das concessionárias busca atender a Constituição Federal de 1988, que define a iluminação pública como responsabilidade do município e, para isso, permite a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública (CIP).

A assertiva ação da Associação Paulista de Municípios, de prefeituras do Estado de São Paulo e de entidades defensoras dos municípios surtiu efeito, como mencionado na REVISTA DOS MUNICÍPIOS n.53. No dia 10 de dezembro de 2013, a Aneel prorrogou mais uma vez o prazo de transferência dos ativos para 31 de dezembro deste ano. A decisão abrange todos os municípios do Estado, inclusive os que possuem menos de 50 mil habitantes. Na ocasião, o presidente da APM, Celso Giglio, afirmou que os prefeitos, em sua grande maioria, cumpriam seu primeiro mandato e enfrentavam graves problemas financeiros e, ainda, não tinham tempo suficiente para traçar um plano de ação. Agora os municípios terão mais alguns meses para se preparar buscando condições técnicas e financeiras para assumir esta responsabilidade. 

ICMS

*Documento da APM
levado à Brasília
alerta para novos
riscos contra
as finanças municipais*

Em reunião realizada em Brasília em maio, o deputado Celso Giglio, presidente da APM, entregou documento em que procura sensibilizar os líderes do Congresso para os graves danos que acarretará aos municípios a aprovação de substitutivo para a reforma do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A primeira etapa da tramitação desse projeto ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que o aprovou. “Não poderíamos deixar de levar nossa preocupação e pedir a manutenção do projeto original do ICMS, que estabelece alíquota única nas operações interestaduais. Os municípios não podem perder mais recursos”, disse o deputado.

Ao lado do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Samuel Moreira, e de uma comissão de parlamentares de São Paulo, Celso Giglio realçou junto a Renan Calheiros, presidente do Senado, e Michel Temer, vice-presidente da República, as consequências da manutenção dos termos do projeto inicialmente aprovado.

Entre outros esclarecimentos, Giglio disse que a APM e entidades municipalistas não são contra mudanças desde que os resultados propiciem distribuição mais equânime das receitas entre os entes federados.

Conforme detalhado no documento, o conjunto de medidas, no seu formato original, tinha como objetivo a simplificação da legislação do imposto e deveria permitir o fim da guerra fiscal, melhorando o ambiente de negócios e preservando a concorrência leal entre os seus agentes.

Mas se prevalecerem as mudanças do substitutivo aprovado pela CAE naquele momento, nenhum desses objetivos será alcançado. “Ao contrário”, explica o presidente da



APM, “a manutenção de três alíquotas de ICMS desagrada a indústria, poderá causar prejuízos aos trabalhadores diminuindo a oferta de empregos em algumas regiões, estimula a competição entre estados e tudo isso sem nenhum benefício para o País”.

Especialmente para os municípios paulistas, a notícia não poderia ser pior, alerta o documento, pois significa uma diminuição de R\$ 2 bilhões ao ano em sua já tão sofrida quota-parte do ICMS.

O estado poderá perder até R\$ 7,5 bilhões por ano em receitas e 25% desse valor será a perda dos municípios, sem contar outros efeitos como a mudança de fábricas e demais empresas. O ano de 2013 acabou e o Senado não aprovou a reforma do ICMS. 🐸



Padrão e desempenho

Norma de Desempenho contribui para melhoria do padrão das habitações no Estado de São Paulo e no País



Após um longo período de debates, que se estendeu de 2000 a 2013, passou a vigorar, em 19/02/2013, o texto da norma técnica ABNT NBR 15575, conhecida por “Norma de Desempenho”, aplicável a edificações habitacionais com qualquer número de pavimentos. A partir de 19/07/2013, todos os empreendimentos habitacionais que forem protocolados nas prefeituras municipais devem atender, plenamente, a todos os requisitos mínimos constantes dessa norma, que é dividida em 6 par-

tes: requisitos gerais, que trata de aspectos que envolvem a edificação como um todo; sistemas estruturais; pisos; sistemas de vedações verticais internas e externas; pisos, coberturas; e instalações prediais.

Trata-se de uma das mais amplas autorregulamentações técnicas de um setor da atividade econômica, no caso a cadeia produtiva da construção civil, e que envolveu sindicatos e associações da construção; fabricantes; profissionais; instituições técnicas; universidades e institutos



A Norma traz novas responsabilidades para projetistas, incorporadores, construtoras, fabricantes de materiais, que devem repensar suas atividades em termos do desempenho mínimo que seus produtos e serviços devem apresentar.”

textos-base do atual conjunto normativo.

Essas normas denotam os impactos tecnológico e social do conhecimento gerado no Instituto em termos da influência sobre diretrizes e políticas públicas de habitação e de desenvolvimento urbano no Estado de São Paulo e no País.

A NBR 15575 trata os componentes e sistemas construtivos a partir do conceito de desempenho, estabelecendo requisitos mínimos de qualidade que devem ser atendidos pela edificação depois de pronta e ao longo de sua utilização pelos usuários no tocante a: segurança estrutural; segurança contra o fogo; segurança no uso e na operação; estanqueidade; desempenho térmico; desempenho acústico; desempenho lumínico; saúde, higiene e qualidade do ar; funcionalidade e acessibilidade; conforto tátil e antropodinâmico; durabilidade; manutenibilidade; e impacto ambiental.

A Norma traz novas responsabilidades para projetistas, incorporadores, construtoras, fabricantes de materiais, que devem repensar suas atividades em termos do desempenho mínimo que seus produtos e serviços devem apresentar. Também administradores condominiais e os próprios usuários passam a ter sua responsabilidade explicitada quanto à necessidade de realizar atividades de manutenção periódicas na edificação.

A norma também inova ao estabelecer valores limites, parâmetros objetivamente mensuráveis, eliminando subjetividades que surgem em discussões entre empreendedor e consumidor além de ser um novo balizador para empreendimentos habitacionais em geral, sejam eles construídos com recursos públicos ou privados.

Dos vários aspectos de desempenho abordados, os prazos de vida útil que os diversos sistemas construtivos da edificação devem atender ganham destaque, pois esse tema é abordado de forma pioneira ao balizar esse impor-

públicos de pesquisa.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT teve papel relevante na indução de melhorias no setor da construção civil e na definição desse marco regulatório. O início dos trabalhos deu-se na década de 1980, quando o primeiro conjunto de métodos e critérios de avaliação de desempenho de edificações foi criado para o extinto BNH. Desde então esta tem sido uma linha de pesquisa e desenvolvimento seguida continuamente e que gerou os



É importante ressaltar que a norma de desempenho criou, também, um novo ambiente técnico para o processo de futuras revisões de Códigos de Obras vigentes nos municípios de nosso estado. Esse conceito já começa a ser discutido e incorporado na revisão do código do Município de São Paulo.

tante parâmetro para as relações de consumo.

Para uma noção da importância desse marco regulatório inovador, basta dizer, a título de exemplo, que só no mercado popular, a Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo – CDHU constrói centenas de milhares de unidades habitacionais por período de 4 anos; o Ministério das Cidades, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida busca a meta de milhões de unidades por um mesmo período, somando-se a isso todo o

mercado privado (o Secovi-SP estima a produção de dezenas de milhares de unidades de alto padrão, no Município de São Paulo, em um “ano padrão”).

Com a finalidade de discutir as ações necessárias e os desafios para que o conceito de desempenho seja ampliado e alimente cada vez mais a qualidade das construções habitacionais brasileiras, tanto do setor público como do privado, o IPT realizou, nos dias 17 e 18/02/2014, em parceria com as Secretarias de Habitação e de Desenvolvimento

Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo de São Paulo e Ministério das Cidades, com a Câmara Brasileira da Construção Civil – CBIC e o Sindicato da Construção do Estado de São Paulo – Sinduscon-SP, o Seminário Impactos da Norma de Desempenho.

No evento discutiu-se o conteúdo da Norma, suas implicações jurídicas, necessidades e propostas para a grade curricular no ensino superior tecnológico do País e os impactos e desdobramentos no setor produtivo privado e no setor público afeto à produção de habitações no Brasil (ver www.ipt.br Notícias: Norma de edificações habitacionais em debate: os downloads das palestras podem ser encontrados nos sites do IPT e do Sinduscon-SP).

É importante ressaltar que a norma de desempenho criou, também, um novo ambiente técnico para o processo de futuras revisões de Códigos de Obras vigentes nos municípios de nosso estado. Esse conceito já começa a ser discutido e incorporado na revisão do código do Município de São Paulo.

Para facilitar o entendimento das mudanças que foram criadas pela Norma, a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), com apoio do IPT e outras entidades lan-

çou, em 10/04/2013, um Guia Orientativo para Atendimento à Norma de Desempenho. A publicação traz os principais conceitos sobre o tema desempenho de uma forma didática, apresentou os requisitos qualitativos norteadores, os critérios quantitativos e os métodos para sua avaliação. Esse documento ainda reúne recomendações, comentários e exemplos de soluções construtivas que, quando bem executadas, atendem às novas exigências específicas de cada área contemplada pela nova NBR 15575.

Além disso, para estimular o debate e auxiliar os membros da cadeia produtiva do setor da construção e a sociedade sobre as mudanças que foram trazidas pela NBR 15575, a CBIC lançou, quando do evento realizado no IPT, o webfórum Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais (WWW.cbic.org/forum-norma).

Trata-se de um espaço onde se poderá levantar questionamentos, esclarecer dúvidas e obter respostas sobre a Norma, bem como obter informações sobre eventos, especialistas, biblioteca e laboratórios.

A edição de março da Revista Notícias da Construção (Sinduscon-SP) trará uma cobertura completa do Seminário Impactos da Norma de Desempenho. 🟡



Por Claudio Vicente Mitidieri Filho, Ercio Thomaz, Fúlvio Vittorino, Luciana de Oliveira e Ros Mari Zenha
Pesquisadores do Centro de Tecnologia do Ambiente Construído – Cetac/IPT



Campos do Jordão

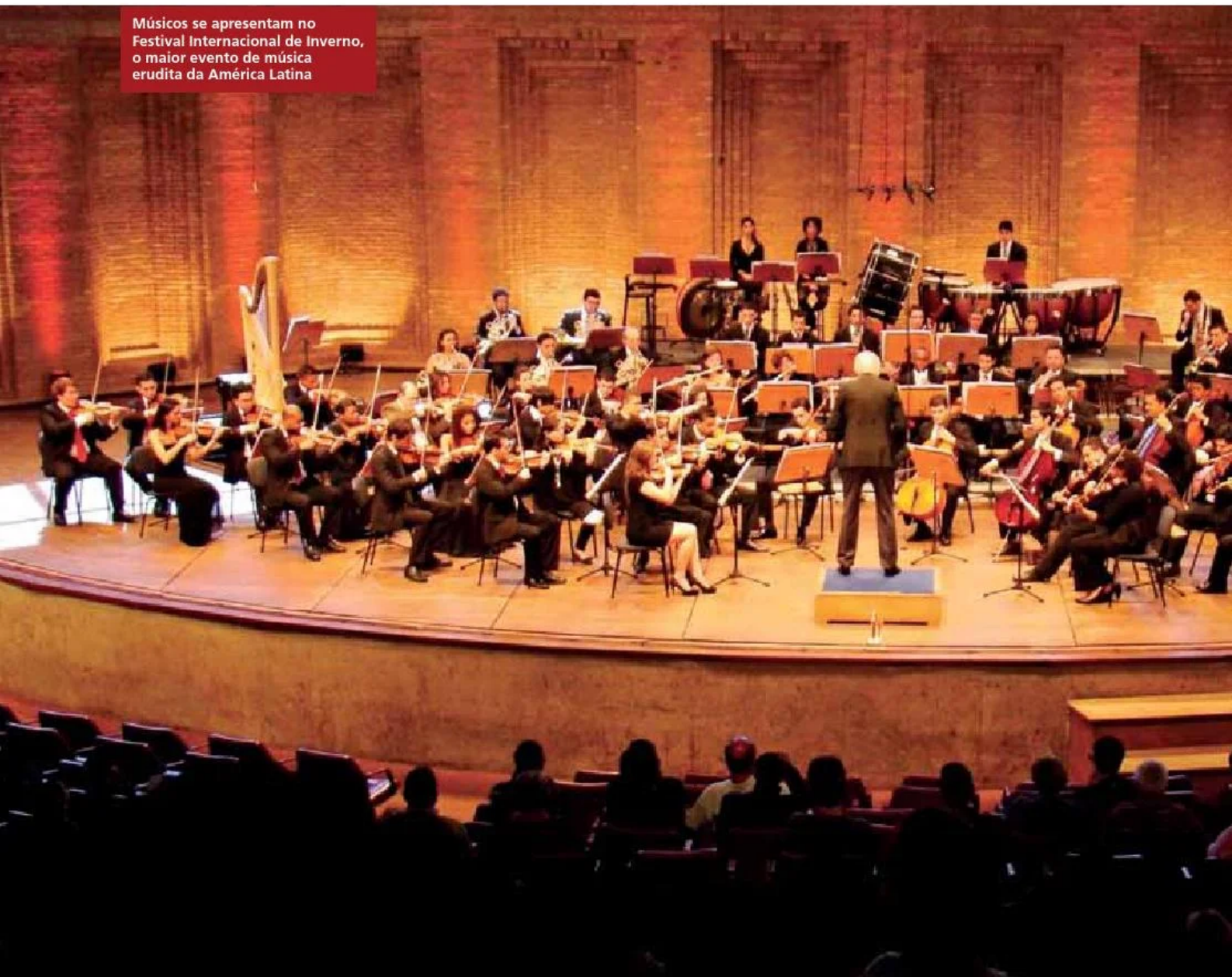
Clima de serra, restaurantes badalados e intensa programação cultural são atrativos do município que fica no alto da Serra da Mantiqueira



A entrada de Campos do Jordão remete à arquitetura dos Alpes, que se desdobra na vila turística de Capivari

Baixas temperaturas, vegetação de araucárias e arquitetura de estilo colonial compõe a sofisticação de Campos do Jordão, a 194 km da capital. Com cerca de 48 mil habitantes e uma área de 290 km², a cidade atrai visitantes que buscam tanto o silêncio das montanhas quanto os agitos culturais e noturnos. O centro turístico fica na vila de Capivari. Por ali, a melhor maneira de circular é à pé, onde estão as famosas lojas de malharia e de chocolates artesanais, a cervejaria Baden Baden e restaurantes estrelados como o Libertango, de cortes argentinos. Foundies, massas, trutas e outras especialidades da gastronomia local ajudam a aquecer o corpo, principalmente no inverno, a temporada mais requisitada pelos visitantes.

Músicos se apresentam no Festival Internacional de Inverno, o maior evento de música erudita da América Latina



O Festival Internacional de Inverno acontece desde 1970 e hoje é o maior espetáculo de música erudita da América Latina. Os instrumentistas e coristas se apresentam nos diversos palcos espalhados pela cidade. Há ainda o caráter pedagógico do evento, que oferece bolsas de estudo para aulas práticas e teóricas com músicos e maestros convidados. As principais apresentações acontecem no Auditório Cláudio Santoro cuja arquitetura chama atenção pelas formas modernas e teto de vidro que deixam vazar as araucárias para o interior do teatro. No jardim estão as 84 peças esculpidas em bronze, granito e cimento branco distribuídas a céu aberto pelos bosques

do Museu Felícia Leiner, que homenageia a artista plástica polonesa que viveu em Campos do Jordão de 1965 até a sua morte em 1996.

Também vale a visita ao Palácio da Boa Vista, também conhecido como Palácio do Governo, inaugurado em 1964 pelo então governador Adhemar de Barros para ser a residência oficial de inverno do governo do Estado. Atualmente, o palácio da Boa Vista é um museu aberto ao público e abriga obras de grandes pintores do século XX como Portinari, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, entre outros, além de um rico acervo de pratarias, tapeçarias e móveis do século XVIII.



Fotos: divulgação/Assessoria de comunicação de Campos de Jordão

Bondinho turístico é uma das atrações da cidade



O Palácio da Boa Vista foi construído para ser a residência do governador do Estado no inverno e hoje abriga um museu

Ares medicinais

Localizada a 1.628 metros acima do nível do mar, Campos do Jordão é um dos quinze municípios paulistas considerados estâncias climáticas pelo Estado. Isso porque no início do século XX, no auge da epidemia da tuberculose, médicos atribuíram valor terapêutico à pureza do ar e das águas do município, que se tornou um famoso destino de saúde. O lazer proporcionado pelos hotéis que ali se instalaram sobretudo nos anos 1940 aliado ao interesse do governo e empresariado de São Paulo em estruturar um novo espaço de descanso e entretenimento sofisticado impulsionou o turismo, a principal economia da cidade.

Esporte e belas paisagens

O Horto Florestal oferece nove opções de caminhada, com trilhas para as cachoeiras do Galharada e Celestina e para o rio Sapucaí. Para os mais aventureiros, o complexo rochoso formado pelo Bauzinho, Pedra do Baú e Ana Chata é parada obrigatória. A Bauzinho tem fácil acesso e sem grandes esforços pode se avistar as paredes da Pedra do Baú, a maior das três. Esta, por sua vez, é indicada aos mais aventureiros, já que suas trilhas são longas e íngremes. Para percorrer todo o complexo são cerca de 8 horas de aventura. 🐸



Austeridade e parceria

Prefeito Fred Guidoni imprime modelo de gestão participativa, elegendo a austeridade financeira e as parcerias a sua principal marca

Por Maria Isabel Pereira

O prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni (PSDB), fez da austeridade financeira e da parceria com a sociedade jordanense uma estratégia para sair da crise em que a cidade se encontrava, logo que assumiu o mandato, em janeiro de 2013.

A dívida herdada de seus antecessores comprometia quase um terço do orçamento, paralisando a cidade, uma vez que a má fama entre fornecedores e a inscrição no Cadastro de Inadimplentes (Cadin) fazia o município pagar caro por produtos e serviços e ter dificuldades para contratá-los. Também não era possível firmar novos convênios.

Para alavancar os serviços e obras que estavam parados, modificar as ações de saúde, pagar as dívidas e valorizar o servidor, o prefeito lançou mão de um plano de gestão, em que demarcou a austeridade e a qualidade dos serviços como prioridades e fez da parceria – com a população, com o governo do Estado e com o terceiro setor – a sua principal marca.

A Prefeitura havia aberto mão do papel de indutora do desenvolvimento e deixado um vazio. Com isso, a cidade deixou de almejar um objetivo comum, pois não havia

quem unisse os diversos segmentos para impulsionar a cidade numa única direção.

“Este é um papel que só pode ser exercido pelo poder público, porque cabe à Prefeitura estabelecer uma ponte entre a iniciativa privada e as organizações sociais para impulsionar o desenvolvimento”, afirma Fred.

Para inverter essa lógica, pela primeira vez em muitos anos, a Prefeitura trabalhou lado a lado com a iniciativa privada para fazer eventos e ocupar a cidade também fora da temporada. Além disso, investiu nos cuidados das praças, jardins e passeios públicos. A cidade também começou a aparecer na mídia e a participar de feiras de turismo. O resultado desse esforço coletivo foi a captação de novos eventos e congressos, que movimentaram a cidade fora da temporada de inverno e que serão ampliados neste ano.

Além do Congresso de Municípios, que volta a Campos do Jordão, dez anos depois, a cidade também receberá, de 1 a 4 de maio, o XIX Encontro Paulista de Autos Antigos, que tradicionalmente acontecia em Águas de Lindóia e, pela primeira vez, subirá a Serra trazendo consigo mais

de 200 mil visitantes. O primeiro Festival de Corais, da Secretaria de Estado da Cultura, também será na cidade no mês de abril. “Já contamos com mais de 100 eventos agendados para este ano, pensados para atrair público e gerar renda”, conta o prefeito.

O morador da cidade é quem mais se beneficia com isso. O incremento no turismo gera emprego e renda, o que fez com que, em 2013, a cidade registrasse acréscimo em torno de 20%, no consumo médio nos restaurantes e elevasse a ocupação dos hotéis nos finais de semana para mais de 75%, fora da temporada.

A parceria com a população pode ser percebida em diversos níveis. Para aproximar a população das decisões do governo municipal, o prefeito levou a sede da Prefeitura para a Abernóssia, no coração da cidade, aproximando a população das decisões do gabinete e, com isso, abrindo um canal de comunicação direta. Antes, a sede da administração municipal ficava isolada no Morro do Elefante, em um dos bairros mais elitizados da cidade.

Mas a participação não se restringe a isso. Campos do Jordão conta agora com o “Prefeitura no Bairro”, um projeto que leva a equipe de secretários e o prefeito para cada bairro da cidade a cada 15 dias, recebendo sugestões e críticas da população, aproximando o morador da tomada de decisão local.

Convênios

2014 será um ano de grandes realizações. Serão mais de 30 intervenções, por convênios já assinados, que irão modificar a paisagem, revitalizando praças, construindo unidades de saúde, melhorando pontos de atração turística e criando outros, como o novo Centro de Eventos e a retomada do projeto do Centro Esportivo de Alto Rendimento, paralisado desde 2007. O local será um centro de excelência para receber atletas de alto nível.

Mas a mudança mais significativa virá na área da habitação. Há dez anos não são construídas novas unidades habitacionais na cidade. A Prefeitura já reservou o terreno e as primeiras 600 unidades habitacionais começam a ser construídas neste semestre. Essa será a primeira fase de um projeto ambicioso que prevê a construção de duas mil moradias em Campos do Jordão com recursos do Governo Federal, pelo programa Minha Casa, Minha Vida e do Governo do Estado e pelo Programa Casa Paulista. Pelo Programa Cidade Legal, a cidade está promovendo a regularização fundiária de diversas áreas. Serão cerca de 800 famílias que poderão registrar escrituras de suas casas e terrenos. “Será um ano de muito trabalho, mas também de muitas conquistas”, analisa Fred Guidoni. 🐘



Cara nova

Campos do Jordão está de cara nova graças a uma verdadeira revolução que está sendo feita em todos os cantos da cidade. No centro, o jordanense já convive com calçadas refeitas e praças bem cuidadas. As regiões mais distantes, graças ao Programa Bairro Legal, vêm renascendo. Desassoreamento de córregos, canalização, operação tapa buracos são algumas das novidades. As mudanças são tantas e tão profundas que agora o ônibus urbano consegue, finalmente, trafegar pelos bairros mais distantes do centro.

Prevenção também vem sendo uma palavra de ordem na cidade. Prova maior disso é que a Prefeitura recebeu, pela primeira vez, a Medalha da Defesa Civil, fruto do reconhecimento do trabalho que vem sendo feito em Campos do Jordão. Hoje, a cidade conta com uma Estação Total Robotizada, que monitora movimentos de terra, e nove pluviômetros. Juntos, esses aparelhos transmitem dados em tempo real para a Secretaria Nacional de Defesa Civil e para o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres (SENAD/CEMADEN), prevenindo acidentes geológicos antes que aconteçam. Para sensibilizar a população, a cidade sediou o maior simulado em desocupação de áreas de risco do país. Por isso, hoje, há equipes treinadas para agir e poupar vidas. Logo mais a cidade contará com a sua Estação de Tratamento de Esgoto, que exigiu investimento de mais de R\$ 106 milhões, feito pela Sabesp, com 7,8 quilômetros de interceptores, 10 quilômetros de coletores e três estações elevatórias.

“Estamos trabalhando e tem ainda muito mais a acontecer”, afirma o jovem prefeito Fred Guidoni.



Trabalho Social

A primeira-dama de Campos do Jordão fala do seu trabalho junto ao Fundo Social de Solidariedade e o que espera realizar ainda neste ano

Aos 18 anos, na época do vestibular, a paulista de Campos do Jordão Juliana Vieira Cintra escolheu a faculdade de publicidade porque se interessava pela área de comunicação. Em 1995, já formada pela Universidade de Taubaté, montou uma agência de publicidade que acabou se tornando uma agência de fotografia. “Sou publicitária por engano, sempre trabalhei com jornalismo, relações públicas e fotojornalismo. Já cobri muitos eventos importantes na cidade”, diz. Ela explica que a veia artística é familiar: “meu pai é arquiteto, meu avô também era muito criativo”. Para complementar sua paixão pelos cliques, Juliana se formou em fotografia no Senac em 2002. Da união com o o prefeito de Campos do Jordão, Frederico Guidoni, nasceram as meninas Pietra e Valentina, de 8 e 6 anos respectivamente. A frente do Fundo Social de Solidariedade, Juliana conta para a REVISTA DOS MUNICÍPIOS o que mudou desde que assumiu o posto e o que vem por aí.

Qual era a situação do Fundo Social quando você assumiu, em 2013?

O Fundo Social estava bastante descaracterizado e com poucas ações, porque a prefeita da cidade era mulher e não tínhamos uma primeira-dama. Quem assumiu o posto foi a esposa do vice-prefeito na ocasião, que faleceu durante a gestão passada. Assim, ela acabou desmotivada por questões pessoais e o fundo foi abandonado. Quando cheguei, o caixa estava quase zerado e as ações sociais não tinham força. O que havia era uma loja no mercado municipal que funcionava como brechó e outra de artesanato.



Juliana Vieira Cintra, a primeira-dama de Campos do Jordão, é formada em publicidade e fotografia

Qual foi a sua primeira missão?

Criar um corpo de voluntários. Acredito que sozinhos não fazemos nada e precisamos da união do poder público, da sociedade privada e de entidades sociais para ganhar força. Naquele momento era preciso resgatar o sistema de voluntarismo. No boca a boca, conseguimos reunir um grupo de 28 voluntárias. Hoje o grupo foi reduzido, e essa é a grande questão de se trabalhar com um grupo que não é assalariado, tem sempre um saindo e outro chegando. Mas a gente nunca morre. Criamos uma oficina de artesanato no mercado municipal e nos reunimos todo último sábado do mês para oferecer cursos de artesanato gratuitos à população. Temos decupagem, crochê, tricô, patchwork manual, brinquedos de sucata, entre outros. Eu dou aula de EVA – tipo de borracha. Nosso objetivo é desenvolver um projeto em que os alunos aprendam a gerar renda para eles.



É gratificante quando ouvimos depoimentos de ex-alunos que dizem que não conseguiam emprego porque não falavam inglês e agora estão empregados.

JULIANA CINTRA VIEIRA,
Primeira dama de Campos do Jordão

Fala-se de empreendedorismo para esse público?

Sim, fizemos várias palestras sobre empreendedorismo. Nossa missão não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. Do Fundo Social de São Paulo trouxemos o curso de moda com duração de três meses. Também vamos inaugurar nos próximos meses o Escola de Beleza, que ministrará cursos de maquiagem e auxiliar de cabelereiro, e o Padaria Artesanal.

Qual foi o projeto de maior sucesso?

O curso de inglês básico gratuito. A apostila é totalmente voltada à realidade de Campos, com textos sobre a cidade, pontos turísticos, recepção de hotel. O estudante sai do curso com autonomia para aplicar o que aprendeu em hotéis, taxis, enfim, na nossa maior fonte de renda que é o turismo.

Qual é a recompensa de tudo isso para você?

É gratificante quando ouvimos depoimentos de ex-alunos que dizem que não conseguiam emprego porque não falavam inglês e agora estão empregados. Na oficina de moda veio uma pessoa que é dona de confecção e se prontificou a contratar duas pessoas formadas por nós. Nas 12 oficinas



Juliana na entrega de roupas arrecadadas na Campanha do Agasalho no inverno do ano passado

de artesanato que fizemos ensinamos para mais de 600 pessoas. Elas se repetem porque gostam tanto que acabam se inscrevendo mais de uma vez em um curso, mas ainda assim é muita gente. São pessoas de 4 a 82 anos de idade se exercitando e confraternizando. Fico muito feliz com os resultados. Outro foco que ajudou muito foi o novo prefeito que é responsável, tem garra e vontade de mudar a cidade. As pessoas viram nas ações da prefeitura uma oportunidade para crescer. Somos muitos gratos porque a população enxerga com clareza nossos atos e ações.

E o que vocês pretendem fazer neste ano além dos cursos e treinamentos?

Reunimos no sábado de carnaval os personagens da Turma da Mônica em uma matinê que no ano passado reuniu mais de 900 pessoas de todos os níveis sociais. Na Páscoa faremos a caça aos ovos que no ano passado trouxe mais de 15 mil pessoas e doou chocolates e guloseimas para cerca de 7200 crianças. Teremos também a Festa do Pinhão, típica da cidade, que estava esquecida e descaracterizada. Hoje a festa envolve várias secretarias e foca na gastronomia e na cultura da cidade com a união de escolas públicas e privadas, entidades sociais e grupos de dança no Mercado Municipal. Tem festa no dia das crianças em que chamamos todas as escolas, não só as de bairros carentes, a campanha do agasalho que ocorre no Festival de Inverno e o Pedal de Natal, que são mais de mil pessoas andando de bicicleta por Campos do Jordão. 🍷



A turma da Mônica agitou o carnaval infantil de 2013



Cursos de capacitação

Oficina Municipal trata de temas da realidade dos municípios e foca na resolução dos problemas e no desenvolvimento de capacidades gerenciais

A Oficina Municipal é uma Escola de Cidadania e Gestão Pública que realiza atividades de formação humana e capacitação técnica para gestores e servidores municipais que buscam se aperfeiçoar para gerir de modo responsável e competente as suas cidades. Com sede em São Paulo - SP, a Oficina Municipal desenvolve programas e cursos há 12 anos, com o apoio institucional da renomada fundação política alemã, a Fundação Konrad Adenauer, e realizando parcerias com organizações respeitadas como a Fundação Itaú Social, o Instituto Camargo Correa, e a Fundação Vale.

Anualmente, mais de 1200 alunos participam dos cursos da Oficina Municipal, que têm caráter prático e atendem às principais necessidades do cotidiano dos gestores municipais. Os cursos são oferecidos nas seguintes áreas:


- **Gestão administrativa e financeira** – processos orçamentários e contábeis, arrecadação e sistematização tributária e todos os processos administrativos e de gestão de recursos das Prefeituras.
- **Gestão de Políticas Públicas** – processos de construção da agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, além de capacidades



importantes para o desenvolvimento de políticas, como elaboração e gestão de projetos, planejamento estratégico, liderança, trabalho em equipe e atendimento ao cidadão.

- **Política e gestão da Educação e outras políticas sociais** – estratégias de elaboração participativa de sistemas, programas, planos e gestão de processos da política municipal de Educação e da organização das redes municipais de ensino, além de outras políticas públicas sociais (assistência social, habitação, saúde etc.)
- **Gestão ambiental do espaço urbano e rural** – capacidades e processos para organizar o crescimento de áreas urbanas e rurais de maneira social e ambientalmente responsável (habitação, uso e ocupação do solo, mobilidade urbana, uso e tratamento de recursos naturais e resíduos etc.).

A grade completa de cursos encontra-se na homepage, www.oficinamunicipal.org.br.

O quadro de professores dos cursos da OM reúne profissionais de renome no mercado, aliando excelência acadêmica (com professores da EACH-USP, EAESP-FGV e UNESP Araraquara) à experiência no setor público. Com uma metodologia exclusiva, por meio de oficinas, os temas são tratados a partir da realidade dos municípios, com foco na resolução de problemas e no desenvolvimento de capacidades gerenciais. O conhecimento prévio e a experiência dos participantes são integrados à exposição do conteúdo através de diálogos abertos e trabalhos em grupos. 

Parceria

Em 2014, a Oficina Municipal e a Associação Paulista de Municípios estão celebrando um convênio para oferecer cursos de gestão pública com descontos especiais oferecidos aos municípios afiliados à APM. Entre os cursos oferecidos para os próximos meses estão:

- Técnicas de Atendimento ao Cidadão – 01 e 02 de Abril
- Tributos Municipais – 03 de Abril
- Fiscalização Tributária Municipal – 19 e 20 de Maio
- Plano de Carreira e Remuneração no Magistério – 30 de Maio
- Licitações e Contratações Sustentáveis – 03 de Junho
- Elaboração de Projetos – 09, 10 e 11 de Junho

As inscrições podem ser feitas no website. Os cursos são realizados em São Paulo, mas também podem ser organizados em regiões mais próximas dos municípios interessados, mediante encomendas específicas. A Oficina Municipal customiza o formato, temas, metodologia e carga horária à necessidade de cada Prefeitura ou grupo de municípios.



Parabéns

Confira nas próximas páginas os municípios associados que fazem aniversário nos meses de março e abril



OLÍMPIA 02/03

A capital do Folclore, se localiza na região do Aquífero Guarani (maior manancial de água subterrânea do mundo), a cidade abriga um dos maiores parques aquáticos do Brasil. Boa estrutura turística com hotéis e aconchegantes pousadas.

PATROCÍNIO PAULISTA 10/03

A origem de Patrocínio Paulista teve lugar nas descobertas de diamantes nos ribeirões da região e na chegada de pioneiros oriundos de Minas Gerais que se dedicavam à pecuária e ao plantio de café.



RIBEIRÃO BONITO 05/03

As belezas naturais fazem de Ribeirão Bonito uma cidade atrativa, cheia de cachoeiras. Ao visitar a cidade alguns pontos são obrigatórios, como a Praça da Matriz e a visita ao Morro Bom Jesus. Ribeirão Bonito também é famosa por suas tradicionais festas populares, como a Festa de Agosto, em homenagem a Bom Jesus da Cana Verde, o padroeiro da cidade.



ANGATUBA 11/03

Angatuba é termo indígena que significa abundância de espíritos, ou de forma poética “Mansão das almas”. Do tupi: angá, espírito; e tyba: grande quantidade, abundância. Localizada a 210 km da capital completou em 11 de março, 142 anos.



Fotos: divulgação

BARRA BONITA 19/03

Cidade com forte apelo turístico graças à eclusa na Usina do rio Tiete construída graças ao desnível de 26 metros das corredeiras. O rio corre limpo por 42 km no perímetro urbano, importante área de lazer e pesca. A cidade ainda abriga um posto avançado da Marinha Brasileira.



CRAVINHOS 19/03

Localizada a 15km de Ribeirão Preto e a 292km de São Paulo o município de Cravinhos se consolida como um dos centros industriais mais importantes da região.



DUMONT 21/03

O município se formou da antiga Fazenda Arindeuva, comprada por Henrique Dumont, genitor de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, e transformada em fazenda modelo para produção de café. O imóvel que servira de sede para a fazenda é hoje utilizada como paço municipal.

IPERÓ 21/03

Na foto os prédios da antiga Fábrica Real de Ferro São João de Ipanema, que data do século XVI, e que faz com que seja conhecida como berço da siderurgia nacional.



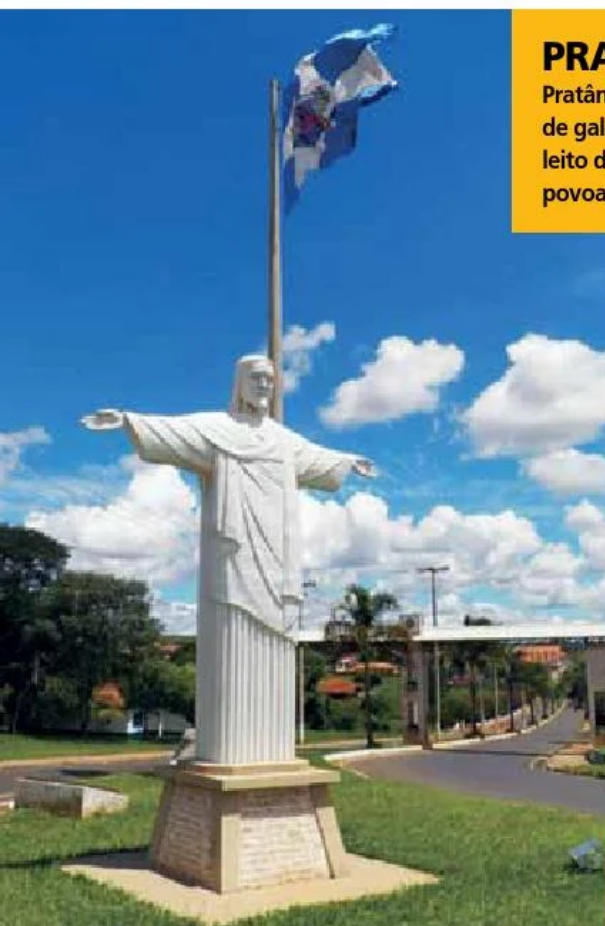


IPEÚNA 21/03

Dotado de águas límpidas que brotam a menos de 5 km o Parque Ecológico possui dois alqueires e meio de um ecossistema em perfeito equilíbrio, onde agrada aos moradores da cidade e aos turistas que buscam a tranquilidade de um lugar que sabe preservar os recursos naturais existentes.

POTIRENDABA 21/03

Vem despertando interesse de grandes grupos investidores que vislumbram no município um potencial promissor para o desenvolvimento de seus empreendimentos. O maior diferencial é o de que o município cresce a cada dia, mantendo a qualidade de vida de sua população. Em seus 342,39 km² de área, distribuem-se harmoniosamente praças, reservas ecológicas, opções de lazer, clubes, etc.



PRATÂNIA 22/03

Pratânia nasceu na confluência dos Rios Claro e Jacu, tendo esse nome devido às pedras de galena, tida por leigos como prata, que em época de cheias eram encontradas no leito do Rio Jacu. Por isso esse rio, naquela época, era conhecido como Rio da Prata e o povoado como Vila da Prata. Fica a 260 km de São Paulo e 70 km de Bauru.



QUADRA 22/03

O município tem suas origens territoriais em antigas sesmarias localizadas dentro dos limites da então "villa de Itapetininga", em terras doadas pelo governo português, entre os séculos XVIII e XIX



ITIRAPINA 25/03

Do tupi Morro Pelado, o município conhecido pelos praticantes do eco turismo, encontra-se na região das Cuestas Basálticas (relevo irregular) ideal para a prática de esportes radicais. Sedia também o Encontro da Aviação Brasileira.



Foto: Vicente Queiroz/ divulgação

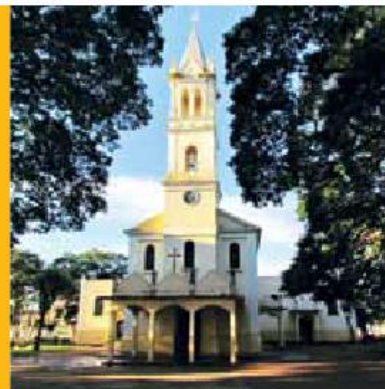


CAPELA DO ALTO 26/03

Do tupi Morro Pelado, o município conhecido pelos praticantes do eco turismo, encontra-se na região das Cuestas Basálticas (relevo irregular) ideal para a prática de esportes radicais. Sedia também o Encontro da Aviação Brasileira.

IPUÃ 26/03

Do tupi, água que brota da pedra. A cidade está localizada a 100 km de Ribeirão Preto, e 75 km de Franca. Grande produtora de cana de açúcar, a atividade agro pecuária tornou famosa sua festa do Peão Boiadeiro e a feira EXPUÃ.



POÁ 26/03

Poá significa bifurcação de caminhos, e pertence a região Metropolitana de São Paulo. Elevada a categoria de Estância Hidromineral, a cidade é um dos menores municípios do estado. (Atualmente vive fase de recuperação do centro histórico voltado ao turismo.

PIRAJUÍ 29/03

Água do Peixe dourado, em guarani. Já foi considerado o maior município cafeeiro do mundo, com 35 milhões de pés de café. Orgulha-se de ter sido capital do estado por um único dia há tempos atrás.





SUZANO 02/04

O município faz parte da região metropolitana de São Paulo. A forte presença da colônia japonesa fica visível na produção agrícola e na plantação de flores. Cidade com tradição esportiva, que recebe muitos visitantes que vão conhecer seu famoso templo budista.



ALVARES FLORENCE 10/04

Localizada na região Noroeste do estado, simpática e acolhedora é conhecida como cidade/povoado. De tradição esportiva, a prefeitura incentiva o acesso aos estádios, ginásios e as piscinas públicas. Famosa pelo cultivo de banana e laranja.

IACANGA 15/04

A cidade vive um crescimento econômico graças a implantação de uma grande usina de álcool e açúcar. Orgulha-se de seu baixo índice de desemprego e por ter sido sede do lendário Festival de Iacanga, O Woodstock brasileiro.



COLINA 21/04

A cidade do cavalo, respira o clima country. Durante anos foi sede da Fazenda Cavalo, posto avançado do Exército para treinamento e reprodução de animais para servir a corporação em todo o país. A cidade abriga o Torneio Nacional de Pólo, e o principal produto agrícola é a cana de açúcar.



PALMITAL 21/04

O nome originou-se da quantidade de palmito que existia na região. Com localização privilegiada, a cidade é banhada por diversos rios e em suas matas abrigam diversos tipos de animais e aves selvagens. A principal atividade é agropecuária e o plantio da erva mate, sendo que nos últimos anos foi incorporado o cultivo da amora e a criação do bicho de seda.

LENÇÓIS PAULISTA 28/04

Lençóis Paulista obteve um excelente resultado no Ranking Ambiental Paulista 2013, figurando na 18ª colocação, entre os 580 municípios paulistas, com uma nota 88. Na divulgação do Ranking, em dezembro do ano passado, os 67 municípios que atingiram nota superior a 80 receberam o selo Município VerdeAzul e, pela primeira vez, Lençóis Paulista ganhou esta distinção. O Programa visa estimular e capacitar as prefeituras a implementarem e desenvolverem uma Agenda ambiental estratégica.



CAMPOS DO JORDÃO 29/04

Cidade modelo, cuja sede administrativa é a mais elevada do país, 1.628 metros. Localizada no maciço da Serra da Cantareira, é considerada a cidade mais fria do estado, sendo que em julho de 1.979 atingiu -7,3 graus centígrados.





Saúde bucal exige responsabilidade e compromisso

O acesso à assistência de qualidade, prestada por profissional formado para tanto – o cirurgião-dentista – é direito do cidadão e dever do Estado

*Por Cláudio Miyake**



A saúde bucal está diretamente relacionada ao bem-estar do indivíduo, pois exerce grande influência na autoestima e mantém o organismo funcionando corretamente. No campo das políticas públicas, requer responsabilidade e compromisso. O acesso à assistência de qualidade, prestada por profissional formado para tanto –

o cirurgião-dentista – é direito do cidadão e dever do Estado.

Nos últimos anos, o Programa Brasil Sorridente, diretor da política nacional de saúde bucal, impulsionou o crescimento das equipes de odontologia na atenção básica, a criação dos centros de especialidades odontológicas e a habilitação de laboratórios de próteses dentárias,



Estima-se que, no Brasil, 230 mil crianças de 12 anos e 1,7 milhões de adolescentes possuam algum problema de oclusão dentária, que deve ser tratado por meio do uso de aparelho ortodôntico”.



entre outras ações importantes para o Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, ainda assim, estamos distantes do atendimento ideal, que só será alcançado por meio de um esforço conjunto de todas as instâncias governamentais, lembrando que as prefeituras são as financiadoras da maior parte do custo do programa.

Para ter um quadro geral da saúde bucal no País, citarei alguns dados. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – 2010 (Projeto SBBrazil 2010), que teve como base uma amostra de 37.519 indivíduos residentes em 177 municípios, os índices de cárie no Brasil permanecem altos. A parcela da população livre do problema é menor que a metade em todas as faixas etárias: são 46,63%, aos cinco anos; 43,5% aos 12 anos; 23,09%, na faixa entre 15 e 19 anos; 0,9% de 35 a 44 anos; e 0,2% de 65 a 74 anos.

Vale ressaltar que, infelizmente, a redução das cáries no Brasil tem encontrado um obstáculo: a falta de fiscalização na fluoretação das águas. De acordo com a pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CROSP) e o laboratório da Universidade de Campinas (UNICAMP), em 2013, em que foram coletadas amostras de 105 municípios paulistas, mais da metade das cidades analisadas estava com teor de flúor inadequado, colocando em risco a saúde da população e não atendendo ao propósito de contribuir para a erradicação da cárie.

Também há outras questões que merecem atenção, conforme dados do Projeto SBBrazil 2010, no que se refere às condições periodontais, que comprometem as gengivas, o percentual de indivíduos sem nenhum problema é de 63% para a idade de 12 anos, 50,9% para a faixa de 15 a 19 anos, 17,8% para os adultos de 35 a 44 anos e somente 1,8% nos idosos de 65 a 74 anos.

Entre os adolescentes brasileiros, 13,7% necessitam próteses parciais em um maxilar (10,3%) ou nos dois ma-

xilares (3,4%). Para os adultos, a necessidade de algum tipo de prótese ocorre em 68,8% dos casos, sendo que a maioria (41,3%) é relativa à prótese parcial em um maxilar. Em 1,3% dos casos, há necessidade de prótese total em pelo menos um maxilar.

Além disso, estima-se que, no Brasil, 230 mil crianças de 12 anos e 1,7 milhões de adolescentes possuam algum problema de oclusão dentária, que deve ser tratado por meio do uso de aparelho ortodôntico. Sendo que, aos 12 anos, 38% das crianças brasileiras apresentam problemas de oclusão; destes, 11% têm comprometimento severo e 7% muito severo. Nos adolescentes, são 35% no total, destes, 10% possuem oclusopatias severas.

Tendo em vista que a procura por tratamento odontológico é grande, devido às dificuldades de acesso e à falta de orientação adequada, a população tem buscado atendimentos informais oferecidos por charlatões, que se passam por cirurgiões-dentistas, ou até aqueles que nem se classificam como profissionais, mas oferecem o serviço mesmo assim.

Para reverter esse quadro, é necessário compromisso dos gestores municipais, estaduais e federais para juntos fazermos a diferença. É de extrema importância investir mais na área, valorizar o profissional da odontologia e criar campanhas de conscientização, que podem ser os primeiros passos. 🐟

CLÁUDIO MIYAKE é presidente do CROSP (Conselho Regional de Odontologia de São Paulo)





Governador Geraldo Alckmin recebe Celso Giglio e diretoria da APM na entrega do convite para o 58º Congresso de Municípios, junto ao anfitrião do evento, o Prefeito de Campos do Jordão Fred Guidoni

Aconteceu



Presidente da Associação Paulista de Municípios, fala durante encontro que reuniu secretários de educação e discutiram pauta da UNDIME-SP – União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo



Vivaldo Filho – Diretor Executivo da APM, Celso Giglio – Presidente da APM, Edgard Camargo Rodrigues – Presidente do TCESP, Aquevirque Antonio Nholla – Tesoureiro Geral da APM



Entrega do convite ao presidente Samuel Moreira, com a presença dos deputados Célia Leão, Mauro Bragato e Barros Munhoz

Banco de dados de Indicadores Municipais da APM

Por meio de gráficos, tabelas e mapas, ferramenta online ajudará prefeitos a comparar dados e encontrar soluções inteligentes para seus municípios

Muitos Municípios associados procuram na APM informações e estatísticas que mostrem um perfil da cidade ou de outras cidades de porte semelhante. Profissionais da imprensa, organizações não governamentais, consultores políticos, pesquisadores, gestores locais e cidadãos em geral também alimentam esta demanda por estatísticas, numa época em que a transparência das informações e o acesso a elas em tempo real transformou-se numa das características do e-governo, governo 2.0. ou da webcidadania. Todos querem saber se a situação melhorou ou piorou, no que estamos iguais e no que diferentes dos demais. Ou em busca de um parâmetro para estabelecer uma meta de gestão – com base no desempenho médio dos outros municípios. Os usos são os mais variados e o acesso à informação detalhada e atualizada é hoje considerado um direito do cidadão.

Pensando nisso a APM criou uma ferramenta on-line que dará aos associados a possibilidade de fazer consultas on-line sobre os mais variados temas e indicadores. Ao todo a base de dados é composta por 240 indicadores, que, multiplicados por 3 períodos e 645 Municípios, resultam num conjunto de aproximadamente 464 mil registros. A maior parte dos dados foram compilados pelo PNUD para o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, com base, por sua vez, nos dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. As informações sobre Homicídios vieram do DATASUS e os dados sobre Partidos e Votações do TSE. A ferramenta permite vincular informações provenientes de diferentes fontes, cruzá-las e analisá-las de diversas maneiras.

A APM acredita que sejam informações relevantes para os gestores municipais, que podem acompanhar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e seus indicadores no seu município nas últimas décadas, comparar seu



desempenho com o desempenho da Região, dos outros municípios com a mesma população, dos municípios vizinhos, etc. permitindo uma série de análises comparativas nos mais diversos contextos. No setor privado é comum o uso de “benchmarks” pelas empresas, que se colocam como objetivo alcançar a mesma performance ou padrões das empresas líderes do setor. O sistema disponibilizado pela APM permitirá aos municípios estabelecer estes benchmarks, observando as médias, em cada indicador, dos municípios da mesma região, tamanho e nível de riqueza.

O sistema permite filtrar as informações por meso e micro regiões do estado, classes de tamanho populacional,



partidos que administram as cidades, entre outros filtros, permitindo ao usuário cruzar as informações segundo os recortes de interesse. As informações poderão ser consultadas on-line através do site da APM na internet, utilizando uma ferramenta de B.I. (Business Intelligence) que permite visualizar dados através de tabelas, gráficos e mapas. As informações poderão ser ranqueadas do maior para o menor ou vice-versa. O usuário poderá baixar um arquivo com os dados originais no seu computador, tanto os dados mostrados na tela quanto os dados originais completos que serviram de base para os cálculos. Será também possível exportar os resultados como

imagens, tabelas cruzadas ou documentos .pdf e utilizá-los em seus próprios relatórios. Finalmente, o usuário poderá compartilhar sua consulta imediatamente pelo facebook, twitter ou email, através dos botões na parte inferior da página.

A ferramenta pode mostrar aos Prefeitos como as outras prefeituras estão lidando com problemas que são mais ou menos comuns a todos. Ela pode ajudar a identificar as boas experiências de gestão – e são inúmeras em São Paulo – que podem servir de inspiração para melhorar a qualidade de vida da população, objetivo último e razão de ser do Poder Municipal. 🟡

Os

MOVIMENTO
SOS
MUNICÍPIOS

7 pecados capitais e uma proposta eficaz

A fala contundente do presidente da APM, Celso Giglio, no Congresso dos Municípios do ano passado foi o primeiro alicerce para a criação do Movimento SOS Municípios

Fruto da luta e da vivência pessoal de Celso Giglio, o Movimento SOS Municípios serve não apenas para São Paulo, mas para todo o Brasil. O pacto federativo atua indistintamente em todos os estados da nação, portanto, os sete pecados capitais é de abrangência nacional. Integrante da Comissão da Reforma Tributária há mais de dez anos, Giglio reconheceu que muito pouco ou quase nada adiantou nesse sentido e que a luta dos Estados por uma divisão mais justa é o grande sentido para que todos se conscientizem da necessidade imediata de uma verdadeira reforma tributária.



Os sete pecados capitais, segundo Giglio

1 Receitas insuficientes

A União fica com 57% do arrecadado, os estados ficam com 25% e os municípios com 18%.

2 Perda de receitas

A União utiliza mecanismos que retiram R\$ 28 bilhões por ano dos municípios. Acumulo de tarefas na saúde e na educação.

3 Maiores gastos

Desde 1980 os gastos municipais saltaram de 7% para 29%. Na educação, de 18% para 40%.

4 Segurança pública

Os governos municipais estão acumulando funções do estado, começando com as guardas municipais. Os gastos deste setor também aumentam ano a ano.

6 Juros abusivos

Os municípios são obrigados a renegociar suas dívidas aceitando os juros abusivos. De 2001 a 2010, a dívida global somava R\$ 200 bilhões.

5 Novos encargos

Além de ficar com apenas 18% da arrecadação, os municípios gastam cerca de R\$ 20 bilhões em ações que são na origem responsabilidade de Estado e União.

7 Falta de ação coletiva e eficaz

Está provado que nenhum município obtém melhores resultados sozinho. A União dispõe de mecanismos que apenas fragmenta a solução global.

Uma proposta de ação

As entidades representativas dos municípios precisam se organizar e agir de modo coeso, tanto do lado da opinião pública quanto do lado das ações junto ao congresso e o governo federal. O grande objetivo é reconstruir o pacto federativo sem perda de tempo.

Sem raça definida

Por Marici Bonafé

Sempre fico encantada quando eles aparecem andando apressados, como um executivo atrasado para uma reunião. Espalham-se quase por toda a cidade, os SRD, cães sem raça definida, nova denominação dos nossos bons e velhos vira-latas.

No centro da cidade já são mais raros, mas em bairros como o Bom Retiro, podemos encontrá-los em cada esquina. Alguns andam sozinhos, atarefados e autoconfiantes. São capazes de cruzar avenidas movimentadas, como a Cruzeiro do Sul, sem se apertar. Simplesmente esperam calmamente na calçada até o semáforo fechar e atravessam com os transeuntes.

Outros são os fiéis companheiros dos 'homeless' ou dos catadores de papel que circulam pela redondeza, talvez por causa das lojas e fábricas de roupas que são abundantes na região, talvez em razão do centro de reciclagem que fica ao lado do Parque do Gato, conjunto habitacional construído onde havia a Favela do Gato, e para onde seus moradores foram transferidos.

Sempre me causa espanto o fato de moradores de rua, que andam soltos pela cidade, prenderem seus cães com cordas. Era de se esperar que pessoas sem amarras não gostassem de atar seus animais. Pensando bem, talvez por isso mesmo o façam...

E lá vão eles, atados às pequenas carroças de madeira montadas sobre rodas velhas de bicicleta, cheias de papelão, plásticos, latas velhas, andando vagarosamente acompanhando seus donos. Às vezes mais de um, presos a mesma carrocinha.

Em outras regiões da cidade, como no bairro do Alto de Pinheiros, são mais difíceis de serem encontrados. Os poucos que existem vivem ao lado das guaritas de vigias de rua que proliferam nesta área; quase uma em cada esquina.

Eles simplesmente aparecem, não se sabe vindos de onde e vão ficando. Se a gente observar bem, quase toda guarita tem duas vasilhas do lado, uma para água outra para ração, normalmente doadas pelos vizinhos apaixonados por cães.



Sem esquecer aqueles que ficam tão íntimos dos moradores que na hora do almoço e do jantar aparecem nas portas das casas para filar uma bóia.

Há cerca de dois anos surgiu perto de casa o Pretinho, um típico vira-lata, negro, como indica o nome dado pelo vigia da esquina, metade das patas e do focinho castanhas, dentes meio para fora, rabo em forma de ponto de interrogação.

Pontualmente ao meio dia ele vai até o meio do quarteirão e espera o almoço, o mesmo ritual se repete à hora do jantar. Triste mesmo fica quando os moradores viajam e ele tem que comer uma insonsa ração. Quando vou chegando de carro ele já começa a rondar. Mesmo que eu feche o portão ele continua esperando até que eu lhe leve um biscoitinho de cachorro.

É tão mimado, que algum morador preocupado em protegê-lo do frio comprou-lhe um agasalho preto, que ele ostenta orgulhosamente no inverno, onde se lê: SEGURANÇA!

E ele demonstra mesmo até excesso de segurança, atravessa as ruas com uma tal confiança que sempre me espanta o fato de até hoje ainda não ter sido atropelado. Uma única coisa arruina seus nervos: assim que o céu começa a ficar escuro e ouve-se ao longe os sons de trovões, ele aparece no portão e fica olhando por baixo, arriscando uma arranhada na grade. E para horror do meu cachorro, assim que alguém abre, ele entra correndo até a sala e se esconde embaixo do móvel da TV. E lá se vai literalmente por água abaixo a fama de herói da segurança! 🐾



Siim

tecnologia

GED
ECM
OUTSOURCING
DE IMPRESSÃO
E COMPUTADORES
BPO DE GESTÃO
DOCUMENTAL
MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTOS



Tel: 11 3078-4500
e-mail: comercial@siimtecnologia.com.br



UM SORRISO SAUDÁVEL NÃO TEM PREÇO.

A Saúde Bucal é essencial para o bem-estar de cada ser humano e um direito de todo cidadão.

Faça sua parte.

Dê à Odontologia, a importância que ela merece.

www.crosp.org.br